



MUNICÍPIO DE
UNIÃO DA VITÓRIA
ESTADO DO PARANÁ



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO



DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIÁRIA, COM VEICULAÇÃO EM MEIO IMPRESSO E/OU DIGITAL (PLATAFORMA ELETRÔNICA), OBSERVADA A PERIODICIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) EDIÇÕES SEMANAIS E COMPROVADA ABRANGÊNCIA REGIONAL E/OU ESTADUAL, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Decreto Municipal nº 216/2023



UNIÃO DA VITÓRIA – PR

2026



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE União da Vitória
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO

Contratação de empresa jornalística especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com veiculação em meio impresso e/ou digital (plataforma eletrônica), observada a periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais e comprovada abrangência regional e/ou estadual, através do Sistema de Registro de Preços, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;**
- **Decreto Municipal nº 216/2023;**
- **Demais normas aplicáveis à espécie.**

ELABORADO POR:

Maria Celeste de Assunção Mance
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Contratos

UNIÃO DA VITÓRIA – PR
2026



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Informações Básicas:

Proponente: Município de União da Vitória - PR;

Requisitante: Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Licitação);

Secretário: Aloisio Francisco Salvatti;

Elaboração: Maria Celeste de Assunção Mance – Matrícula n.º 1373001;

Objeto: Contratação de empresa jornalística especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com veiculação em meio impresso e/ou digital (plataforma eletrônica), observada a periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais e comprovada abrangência regional e/ou estadual, através do Sistema de Registro de Preços, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.

Referências: Lei Federal nº 14.133/2021.

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei Federal nº 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente, transparente e alinhada ao interesse público.

Para tanto, a nova legislação estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase preparatória das contratações públicas, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para as contratações realizadas pela Administração Pública, evidenciando a relevância do planejamento como instrumento essencial para a adequada definição da solução a ser contratada.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação pública e tem por finalidade apresentar os estudos necessários para a contratação de empresa jornalística especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A contratação visa assegurar a adequada publicidade e transparência dos atos administrativos praticados pela Administração Pública Municipal, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, publicidade e eficiência, bem como das exigências legais relacionadas aos procedimentos licitatórios, contratos administrativos e demais atos oficiais do Município.

Os serviços deverão ser disponibilizados em meio impresso e/ou digital (plataforma eletrônica), com periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais, por veículo de comunicação de comprovada abrangência regional e/ou estadual, garantindo



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

ampla divulgação das publicações oficiais e efetivo alcance junto ao público do Município de União da Vitória/PR.

O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar detalhadamente a necessidade da contratação e identificar, no mercado, a solução mais adequada para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, competitividade, transparência e interesse público.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Instrução Normativa Federal nº 040/2020;
- Decreto Municipal nº 216/2023.

2. DOS DADOS DO PROCESSO

Órgão Responsável pela Contratação:	Prefeitura Municipal de União da Vitória
Secretaria Requisitante:	Secretaria Municipal de Administração Departamento de Licitação.
Objeto:	<i>Contratação de empresa jornalística para publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, em meio impresso e/ou digital, com abrangência regional e/ou estadual, através do Sistema de Registro de Preços, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.</i>

3. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente documento caracteriza etapa integrante do planejamento da contratação pública, apresentando os estudos técnicos necessários para subsidiar a contratação de empresa jornalística especializada para publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, em meio impresso e/ou digital, com abrangência regional e/ou estadual, através do Sistema de Registro de Preços, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.

O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar detalhadamente a necessidade da contratação e identificar, no mercado, a solução mais adequada para atender à demanda administrativa, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021,



demais normas aplicáveis e aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, I

A presente necessidade decorre da obrigatoriedade de assegurar a adequada publicidade dos atos oficiais praticados pelo Município de União da Vitória/PR, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo transparência, ampla divulgação e acesso às informações de interesse público.

A contratação é necessária para dar cumprimento ao artigo 54, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais de licitação em jornal diário de grande circulação, visando assegurar ampla competitividade, transparência e conhecimento público dos certames promovidos pela Administração Municipal.

Destaca-se, ainda, o disposto no art. 175, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual estabeleceu que, até 31 de dezembro de 2023, os Municípios deveriam realizar divulgação complementar de suas contratações mediante publicação de extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local, evidenciando a relevância da ampla publicidade dos atos administrativos e da utilização de veículos jornalísticos de grande alcance para garantir efetiva transparência e acesso à informação.

Nesse contexto, a Administração Municipal necessita dispor de veículo de comunicação de grande circulação diária, com comprovada abrangência regional e/ou estadual, apto a realizar a publicação de avisos de licitação, extratos de contratos, atas de registro de preços, avisos de suspensão, revogação, homologação, adjudicação e demais atos administrativos vinculados aos procedimentos conduzidos pelo Departamento de Licitações e Contratos.

A contratação mostra-se indispensável para assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade, legalidade, eficiência e transparência administrativa, bem como para garantir a regularidade dos procedimentos licitatórios e das contratações públicas realizadas pelo Município.

Considerando a evolução dos meios de comunicação e a possibilidade legal de divulgação em meio impresso e/ou digital (plataforma eletrônica), busca-se a contratação de empresa jornalística que ofereça ampla divulgação dos atos oficiais, com periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais, garantindo efetivo alcance ao público regional e estadual.

Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua e estimada da demanda, possibilitando maior eficiência administrativa, racionalização dos custos e contratação conforme a necessidade da Administração Pública ao longo da vigência da ata.



5. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Município de União da Vitória, estando prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando as necessidades administrativas previamente identificadas pelos setores competentes.

A inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual visa assegurar a compatibilidade da contratação com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, racionalização das despesas e observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência e interesse público.

Destaca-se que a previsão da contratação no PCA possibilita a adequada programação orçamentária e financeira, bem como contribui para a transparência das ações administrativas e para o regular atendimento das necessidades institucionais do Município.

Assim, resta demonstrada a compatibilidade da presente contratação com o Plano de Contratações Anual vigente, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

A contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários para garantir o atendimento da necessidade administrativa, a adequada publicidade dos atos oficiais do Município de União da Vitória/PR e o cumprimento das disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

A futura contratada deverá ser empresa jornalística especializada na prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal diário de grande circulação, disponibilizado em meio impresso e/ou digital (plataforma eletrônica), com periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais.

O veículo de comunicação deverá possuir comprovada abrangência regional e/ou estadual, garantindo efetivo alcance junto ao público do Município e ampla divulgação dos atos administrativos, especialmente avisos de licitação, extratos de editais, contratos, atas de registro de preços e demais atos oficiais vinculados aos procedimentos conduzidos pela Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.

Nos termos do entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, especialmente no Acórdão nº 669/2025, a caracterização de jornal de grande circulação não se restringe à sede física da empresa jornalística, devendo ser considerada a efetiva abrangência e alcance do veículo de comunicação, inclusive nos casos de jornais disponibilizados exclusivamente em meio digital.



Dessa forma, poderão participar da futura contratação jornais sediados em qualquer município do Estado do Paraná ou de outras localidades, desde que comprovem efetiva circulação, audiência, acesso e alcance regional e/ou estadual compatíveis com a finalidade da contratação e com os princípios da publicidade, transparência e controle social previstos na legislação aplicável.

Para fins de comprovação da abrangência e grande circulação do veículo de comunicação, a contratada deverá apresentar documentação idônea que demonstre o alcance do jornal, tais como relatórios de acessos eletrônicos, métricas de audiência, dados de circulação, alcance geográfico do público leitor, número de visualizações, exemplares distribuídos ou outros documentos equivalentes aptos a evidenciar a efetiva abrangência do veículo de comunicação, conforme orientação do TCE/PR.

Os serviços deverão possibilitar o encaminhamento das matérias em formato eletrônico, bem como garantir agilidade na publicação, disponibilidade de consulta pública das publicações realizadas e emissão dos respectivos comprovantes de publicação para instrução dos processos administrativos.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua, variável e estimada da demanda administrativa ao longo da vigência da futura ata de registro de preços.

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base no histórico de consumo do Município de União da Vitória/PR referente aos serviços de publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação, considerando a demanda efetivamente utilizada em exercícios anteriores, bem como a necessidade contínua de atendimento das publicações oficiais realizadas pela Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.

Para a definição do quantitativo estimado, foram analisados os contratos e atas de registro de preços anteriormente utilizados pela Administração Municipal, verificando-se que no exercício de 2024 houve consumo aproximado de 1.972,00 cm/col. para publicações em jornal de grande circulação, enquanto no exercício de 2025 o consumo registrado foi de aproximadamente 2.942,00 cm/col.

Além disso, foi considerada a Ata de Registro de Preços destinada às publicações em jornal local, cujo consumo no exercício de 2024 atingiu aproximadamente 16.333,00 cm/col., demonstrando volume significativo de publicações oficiais realizadas pelo Município e a necessidade recorrente de divulgação dos atos administrativos.

Destaca-se, ainda, que a estimativa da presente contratação observou as alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 quanto à forma de divulgação dos atos



administrativos e licitatórios. Isso porque, nos termos do art. 54, §1º, da referida legislação, permanece obrigatória a publicação do extrato do edital de licitação em jornal diário de grande circulação, enquanto diversos outros atos passaram a ter sua publicidade realizada diretamente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Nesse contexto, o art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia dos contratos administrativos e de seus aditamentos, reduzindo significativamente a necessidade de publicações em jornais impressos ou digitais relativas a homologações, extratos contratuais e demais atos posteriores à fase externa da licitação.

Assim, considerando que a principal demanda de publicação em jornal de grande circulação passou a concentrar-se nos avisos de licitação, bem como levando-se em conta o histórico de utilização, a evolução da legislação aplicável e a racionalização dos custos administrativos, estimou-se para a presente contratação o quantitativo de 10.000 cm/col., quantidade considerada suficiente para atendimento das necessidades da Administração, especialmente do Departamento de Licitações e Contratos, bem como para manutenção de saldo destinado a eventuais demandas de outros departamentos municipais, tais como Tributação e Comunicação, durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Ressalta-se que o quantitativo estimado possui caráter meramente referencial e não obriga a Administração à contratação integral dos serviços, sendo as publicações realizadas conforme a efetiva necessidade do Município, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

8. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, V

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e os princípios da publicidade, transparência e eficiência administrativa.

Durante a análise, verificou-se a existência de empresas jornalísticas que prestam serviços de publicação oficial tanto em meio impresso quanto em meio digital (plataforma eletrônica), sendo atualmente predominante a utilização de jornais digitais ou híbridos, em razão da ampliação do alcance das publicações, maior agilidade operacional e redução de custos administrativos.

Constatou-se, ainda, que os veículos de comunicação disponíveis no mercado apresentam diferentes níveis de abrangência, podendo possuir circulação local, regional ou estadual, devendo a Administração observar, para fins de contratação, não apenas a sede física da empresa jornalística, mas principalmente a efetiva abrangência e alcance do veículo de comunicação.



Nesse sentido, considerou-se o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, especialmente no Acórdão nº 669/2025, segundo o qual a caracterização de jornal de grande circulação deve ser analisada no caso concreto, levando-se em consideração fatores como periodicidade, abrangência geográfica, número de acessos, audiência e efetivo alcance do conteúdo publicado, inclusive nos casos de jornais exclusivamente digitais.

Também foi verificado que o mercado dispõe de fornecedores aptos a atender às exigências da Administração Pública quanto à publicação de atos oficiais, emissão de comprovantes de publicação, disponibilização eletrônica das matérias publicadas e atendimento às demandas operacionais do Departamento de Licitações e Contratos.

Além disso, observou-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução adequada e amplamente utilizada pela Administração Pública para este tipo de contratação, considerando a natureza contínua, variável e estimada da demanda, possibilitando maior flexibilidade na execução contratual e racionalização dos custos administrativos.

Diante do levantamento realizado, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, existindo no mercado empresas aptas a atender às necessidades do Município de União da Vitória/PR, em conformidade com as exigências legais e administrativas aplicáveis.

9. DA ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no levantamento de mercado e no Mapa de Apuração de Preços realizado pela Administração Municipal, observando-se os parâmetros previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Para a formação do preço estimado, foram utilizados valores obtidos mediante consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, pesquisa junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Portal BLL Compras, bem como cotações junto a empresas do ramo de publicação jornalística, considerando serviços compatíveis com o objeto pretendido.

O objeto analisado corresponde à prestação de serviços de publicação jornalística de atos oficiais em meio impresso e/ou digital, tendo sido estimado o quantitativo de 10.000 cm/col. para atendimento das demandas da Administração Municipal durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Após análise dos preços coletados e desconsideração dos valores considerados inexequíveis ou incompatíveis com a realidade de mercado, apurou-se valor médio estimado de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por cm/col., resultando no valor total estimado de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para a presente contratação.



Ressalta-se que os valores levantados possuem caráter estimativo e servirão como referência para a realização do procedimento licitatório, não representando obrigação de contratação integral pela Administração Pública, a qual realizará as contratações conforme sua efetiva necessidade, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento de mercado, mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, abrangendo consultas a fornecedores do ramo, contratações similares realizadas pela Administração Pública e demais bases de dados públicas e privadas disponíveis, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 216/2023 e demais normativos aplicáveis.

Para fins de apuração do valor estimado, também foi considerada a atualização monetária dos valores constantes da última Ata de Registro de Preços vigente, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE), nos termos do Decreto Municipal nº 216/2023, de modo a refletir a variação inflacionária do período e assegurar a compatibilidade dos preços com a atual realidade de mercado.

Conforme demonstrado no Mapa de Apuração de Preços, os valores destacados em vermelho não foram considerados para fins de cálculo da média aritmética, por apresentarem variação superior a 30% (trinta por cento) em relação à média inicialmente apurada, em observância ao disposto no art. 27, inciso V, do Decreto Municipal nº 216/2023, o qual estabelece que “se alguma(s) da(s) referência(s) utilizada(s) destoar(em) da média aritmética além de 30% (trinta por cento), será(ao) descartada(s) e será realizada nova média aritmética com os preços restantes para definição do preço máximo”.

Nesse contexto, o Mapa de Preços apresentou os seguintes valores pesquisados: R\$ 8,50; R\$ 6,50; R\$ 6,90; R\$ 11,50; R\$ 21,90; R\$ 10,00; R\$ 33,99; R\$ 12,00 e R\$ 20,00. Após a aplicação do critério previsto no art. 27, inciso V, do Decreto Municipal nº 216/2023, foram desconsiderados os valores que extrapolaram o limite de variação permitido, permanecendo para composição da média aritmética apenas os seguintes valores: R\$ 8,50; R\$ 11,50; R\$ 10,00 e R\$ 12,00.

Informa-se, ainda, que, em observância ao art. 30, inciso III, do Decreto Municipal nº 216/2023, também foi analisado o preço decorrente de contratação similar anteriormente realizada pela Administração Pública, referente à Ata de Registro de Preços vigente firmada com a empresa INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. O valor atualizado mediante aplicação do IPCA (IBGE) resultou em R\$ 12,08 (doze reais e oito centavos).

Contudo, referido valor não foi utilizado na composição da média aritmética, considerando que o orçamento atualizado encaminhado pela própria empresa apresentou valor de R\$ 12,00 (doze reais), o qual já integrou a apuração da média final.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

Dessa forma, após a análise técnica dos preços coletados e a aplicação dos critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 216/2023, restou fixado como valor máximo estimado para a presente contratação o montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), considerando-se o valor máximo unitário de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por cm/col.

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS																
DATA			OBJETO												VALOR TOTAL	
18/05/2026			Serviço de publicação jornalística em jornal de forma IMPRESSA ou DIGITAL (Atos Oficiais)												R\$ 105.000,00	
ANEXO	LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UN.	QTDE.	SIMILARES	PORTAL DE COMPRAS	BLL	PNCP	JORNAL BEMPARANA	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	JORNAL O IGUASSU	Editora Jornal do Ônibus Ltda – JORNAL DO ÔNIBUS	Editora O Estado do Paraná S.A	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
I	1	1	Serviço de publicação jornalística em jornal de forma IMPRESSA ou DIGITAL (Atos Oficiais)	cm/col	10000	8,50	6,90	11,50	6,50	20,00	12,00	33,99	10,00	21,90	10,50	105.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE						85.000,00	69.000,00	115.000,00	65.000,00	200.000,00	120.000,00	339.900,00	100.000,00	219.000,00	////	105.000,00
VALOR TOTAL:														R\$ 105.000,00		

10. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

10.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa jornalística especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária, com veiculação em meio impresso e/ou digital (plataforma eletrônica), observada a periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais e comprovada abrangência regional e/ou estadual, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.



10.2. A contratação tem por finalidade assegurar a publicidade oficial dos atos administrativos, especialmente aqueles relacionados aos procedimentos licitatórios, contratos administrativos, avisos, extratos, comunicados e demais atos cuja divulgação seja exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, garantindo transparência, ampla concorrência, publicidade e segurança jurídica aos atos praticados pela Administração Pública Municipal.

10.3. A solução contempla a prestação contínua dos serviços de publicação, conforme demanda da Administração, incluindo o recebimento de textos em formato digital, diagramação quando necessária, publicação em jornal de circulação compatível com as exigências legais e disponibilização das respectivas comprovações de publicação, tanto em meio físico quanto eletrônico, quando aplicável.

10.4. Considerando a natureza variável e imprevisível da quantidade de publicações ao longo do exercício, bem como a necessidade de atendimento parcelado conforme a demanda administrativa, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal pertinente, por se tratar de solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública, permitindo maior flexibilidade na execução contratual, racionalização dos recursos públicos e contratação conforme a efetiva necessidade do Município.

10.5. Destaca-se, ainda, o entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, no sentido de que o Sistema de Registro de Preços é recomendável e obrigatório apenas nas hipóteses em que a Administração pretende realizar contratações futuras, parceladas e conforme demanda, sem definição exata da quantidade ou periodicidade dos serviços. No presente caso, verifica-se que a demanda por publicações oficiais ocorre de forma contínua, variável e não plenamente previsível, justificando a adoção do Sistema de Registro de Preços como mecanismo adequado para assegurar eficiência administrativa e economicidade.

10.6. Como medida de segurança jurídica e observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, o futuro edital deverá estabelecer critérios objetivos para comprovação da condição de “jornal de grande circulação”, incluindo, entre outros aspectos: número mínimo de exemplares distribuídos e/ou acessos eletrônicos comprovados, abrangência regional e/ou estadual, periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais, regularidade de circulação e comprovação documental idônea emitida por órgãos competentes ou entidades representativas do setor.

10.7. A solução apresentada mostra-se tecnicamente viável, economicamente adequada e compatível com as necessidades da Administração Municipal, garantindo o cumprimento das exigências legais relativas à publicidade oficial dos atos administrativos e à transparência da gestão pública.



11. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII

A presente contratação não comporta parcelamento do objeto, tendo em vista tratar-se de prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação diária, a serem executados de forma parcelada e conforme a demanda da Administração Pública, por meio do Sistema de Registro de Preços, cuja execução requer padronização operacional, uniformidade nos procedimentos de publicação, centralização do gerenciamento da ata de registro de preços e manutenção das mesmas condições de circulação, abrangência regional e/ou estadual e periodicidade mínima exigida durante toda a vigência da contratação.

Além disso, o objeto foi estruturado em item único em razão da própria natureza dos serviços, os quais são indivisíveis sob o ponto de vista técnico e operacional, não sendo recomendável o fracionamento da execução entre diferentes fornecedores, sob pena de comprometer a eficiência administrativa, dificultar o controle e fiscalização contratual, gerar risco de descontinuidade das publicações oficiais e ocasionar possíveis divergências quanto ao padrão de circulação, alcance e disponibilização das publicações.

O parcelamento da solução também se mostra inadequado sob o aspecto econômico, pois poderia acarretar aumento dos custos administrativos de gestão e fiscalização, além de reduzir a eficiência operacional da contratação, afastando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No que se refere à aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP, especialmente quanto à reserva de cota ou exclusividade, verifica-se a inviabilidade técnica e econômica de sua adoção no presente caso.

A não aplicação de cota reservada ou exclusividade para ME/EPP justifica-se em razão das características específicas do objeto, que exige a contratação de jornal de grande circulação diária, com comprovada abrangência regional e/ou estadual, periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais e capacidade operacional compatível com a ampla divulgação dos atos oficiais do Município.

Nesse contexto, eventual fracionamento do objeto ou restrição competitiva poderia comprometer a finalidade pública da contratação, especialmente no que se refere à efetividade da publicidade oficial, à ampla divulgação dos atos administrativos e ao atendimento das exigências legais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, a exigência de grande circulação constitui requisito essencial à adequada execução contratual, estando diretamente relacionada ao interesse público e à necessidade de garantir transparência, publicidade e alcance efetivo das informações divulgadas pela Administração Municipal, razão pela qual a adoção de cota exclusiva para ME/EPP não se mostra medida técnica ou economicamente viável para a presente contratação.



12. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX

12.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar a adequada publicidade dos atos oficiais do Município de União da Vitória/PR, em conformidade com os princípios da publicidade, transparência, eficiência e legalidade previstos na Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Com a contratação de empresa jornalística especializada para publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação diária, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- garantir ampla divulgação dos atos administrativos, licitatórios, contratuais e institucionais do Município, assegurando o acesso da população às informações de interesse público;
- atender integralmente às exigências legais relacionadas à publicidade oficial dos atos administrativos, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas correlatas;
- proporcionar maior transparência aos procedimentos administrativos e licitatórios realizados pela Administração Municipal, ampliando a competitividade e a participação de interessados nos certames públicos;
- assegurar a publicação dos atos oficiais em veículo de comunicação com comprovada circulação regional e/ou estadual, permitindo maior alcance das informações divulgadas;
- garantir continuidade, padronização e eficiência na prestação dos serviços de publicação oficial, mediante contratação de empresa especializada e com capacidade operacional compatível com as necessidades da Administração;
- possibilitar maior eficiência administrativa e melhor gestão dos recursos públicos por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo a realização das publicações conforme demanda efetiva do Município;
- reduzir riscos de falhas, atrasos ou descontinuidade nas publicações oficiais, assegurando segurança jurídica aos atos administrativos praticados;
- otimizar os procedimentos internos relacionados à solicitação, envio, acompanhamento e comprovação das publicações oficiais, promovendo maior agilidade e controle administrativo;
- assegurar economicidade na contratação, mediante prévia pesquisa de preços e utilização de critérios objetivos para definição do valor estimado da contratação.

12.3. Dessa forma, os resultados pretendidos concentram-se na obtenção de solução eficiente, contínua e economicamente vantajosa para a Administração Pública, garantindo o adequado cumprimento das exigências legais de publicidade oficial e fortalecendo a transparência da gestão pública municipal.

13. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X



13.1. Para a adequada execução da futura contratação, a Administração Municipal adotará previamente as providências administrativas e operacionais necessárias à formalização da Ata de Registro de Preços e à futura execução dos serviços, visando assegurar eficiência, regularidade e pleno atendimento às disposições legais aplicáveis.

13.2. Dentre as principais providências prévias, destacam-se:

- elaboração do Termo de Referência contendo a definição detalhada do objeto, quantitativos estimados, critérios de execução, obrigações das partes, forma de medição, fiscalização e demais requisitos necessários à contratação;
- realização da pesquisa de preços e elaboração do Mapa de Apuração de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 216/2023;
- definição dos critérios objetivos para comprovação da condição de jornal de grande circulação, abrangência regional e/ou estadual, periodicidade mínima exigida e capacidade operacional da futura contratada;
- elaboração da minuta do edital, da Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários à instrução do procedimento licitatório;
- verificação da existência de dotação orçamentária para atendimento das despesas decorrentes das futuras contratações oriundas da Ata de Registro de Preços, observadas as exigências legais e orçamentárias pertinentes;
- designação de servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização da futura contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- definição dos fluxos internos para solicitação, encaminhamento, conferência e acompanhamento das publicações oficiais, objetivando maior controle administrativo e eficiência na execução contratual;
- orientação dos setores demandantes quanto aos procedimentos administrativos necessários para envio dos atos oficiais à futura contratada, incluindo prazos, formatos e critérios mínimos para publicação;
- análise e aprovação jurídica dos instrumentos convocatórios e contratuais, conforme exigência legal.

13.3. Registra-se, ainda, que a Administração dispõe de estrutura administrativa e operacional suficiente para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, não sendo identificada, neste momento, a necessidade de adoção de providências complementares relevantes, além das rotinas administrativas ordinariamente aplicadas aos procedimentos de contratação pública.

14. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, registra-se que foram identificadas contratações anteriores com objeto correlato ao presente fornecimento, conforme demonstrado a seguir:



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

A presente contratação possui relação direta com a continuidade dos serviços de publicação oficial atualmente executados no âmbito da Administração Municipal, considerando a existência do Contrato Administrativo nº 81/2022, formalizado em 01/06/2022, com vigência até 01/06/2026, cujo objeto contempla a prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação.

Nesse contexto, a futura contratação visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços indispensáveis à divulgação oficial dos atos administrativos do Município de União da Vitória/PR, evitando descontinuidade na publicidade legal dos procedimentos administrativos, licitatórios e contratuais.

Ressalta-se que não foram identificadas contratações interdependentes cuja execução dependa diretamente da presente contratação para sua operacionalização. Todavia, a solução mostra-se correlata às atividades administrativas desenvolvidas pelo Departamento de Licitações e Contratos e demais setores da Administração Municipal que necessitam realizar publicações oficiais em atendimento às exigências legais e aos princípios da publicidade e transparência administrativa.

A contratação também guarda compatibilidade com os instrumentos de planejamento administrativo e com as rotinas operacionais atualmente adotadas pelo Município, representando continuidade dos serviços já executados, sem alteração substancial da metodologia empregada, observando-se as atualizações e adequações exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

15. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado pela <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>

A presente contratação, destinada à prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação diária, possui baixo potencial de impacto ambiental, considerando que a execução dos serviços ocorrerá predominantemente por meios administrativos e eletrônicos, com possibilidade de veiculação em plataforma digital, reduzindo significativamente a necessidade de utilização de materiais físicos.

Entretanto, considerando a possibilidade de publicações em meio impresso, identificam-se como principais impactos ambientais potenciais o consumo de papel, utilização de insumos gráficos, geração de resíduos decorrentes do processo de impressão e consumo indireto de energia elétrica e combustíveis relacionados à distribuição dos exemplares físicos.



Como medidas mitigadoras, a Administração buscará priorizar, sempre que possível e observadas as exigências legais aplicáveis, a utilização de meios digitais para disponibilização das publicações oficiais, incentivando a redução do consumo de papel e demais insumos físicos.

Além disso, a futura contratada deverá observar boas práticas ambientais em seus processos operacionais, especialmente no que se refere:

- à utilização racional de papel e insumos gráficos;
- à destinação ambientalmente adequada de resíduos oriundos do processo de impressão;
- ao cumprimento da legislação ambiental aplicável às atividades gráficas e de comunicação;
- à adoção de processos administrativos eletrônicos para recebimento e encaminhamento das publicações;
- à busca por maior eficiência operacional e redução de desperdícios.

Ressalta-se, ainda, que a natureza do objeto não demanda utilização direta de recursos naturais relevantes pela Administração Pública, tampouco gera impactos ambientais significativos ou de alta complexidade, razão pela qual as medidas mitigadoras indicadas mostram-se suficientes e adequadas para minimizar eventuais efeitos ambientais decorrentes da execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta impactos ambientais reduzidos e controláveis, sendo plenamente viável sob a perspectiva da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental.

16. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII

Após a realização dos estudos técnicos preliminares, conclui-se que a contratação de empresa jornalística especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais do Município de União da Vitória/PR em jornal de grande circulação diária mostra-se necessária, adequada, viável e plenamente compatível com o interesse público, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Contratos.

A solução proposta demonstra viabilidade técnica e econômica, considerando a necessidade contínua de divulgação oficial dos atos administrativos, licitatórios e contratuais da Administração Municipal, em observância aos princípios da publicidade, transparência, eficiência e legalidade previstos na Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Verificou-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável e parcelada da demanda, permitindo maior flexibilidade



administrativa, racionalização dos recursos públicos e contratação conforme a efetiva necessidade do Município ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Os levantamentos de mercado realizados demonstraram compatibilidade dos valores estimados com os preços praticados no mercado, tendo sido observados os critérios previstos na legislação vigente e no Decreto Municipal nº 216/2023 para definição do valor máximo da contratação.

Além disso, constatou-se que a solução pretendida não gera impactos ambientais significativos, sendo possíveis e suficientes as medidas mitigadoras indicadas neste Estudo Técnico Preliminar.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade e conveniência da realização da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, visando assegurar a continuidade e regularidade dos serviços de publicação oficial dos atos administrativos do Município de União da Vitória/PR, em conformidade com a legislação aplicável e com os princípios que regem a Administração Pública.

17. DA INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Considerando as características do objeto pretendido, a natureza comum dos serviços a serem contratados e a necessidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, indica-se a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, possibilitando ampla competitividade, maior transparência, celeridade processual e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

A contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando que a demanda pelos serviços de publicação oficial ocorrerá de forma parcelada, variável e conforme a necessidade da Administração Pública ao longo da vigência da futura Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

O critério de julgamento indicado para a presente contratação será o de menor preço por item, considerando tratar-se de item único relacionado à prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação diária, observadas as exigências técnicas, operacionais e legais estabelecidas no instrumento convocatório.



Além disso, deverão ser observadas no edital as exigências relativas à comprovação da condição de jornal de grande circulação, abrangência regional e/ou estadual, periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais e demais requisitos indispensáveis à adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e interesse público.

18. DA ANÁLISE DE RISCO

RISCO IDENTIFICADO	POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS
Elaboração inadequada das especificações técnicas do objeto	Restrição da competitividade, contratação inadequada ou falhas na execução dos serviços	Elaboração detalhada do Termo de Referência, definição clara das especificações técnicas e revisão prévia dos documentos da contratação
Definição insuficiente dos critérios de comprovação da condição de jornal de grande circulação	Contratação de empresa sem capacidade de atendimento às exigências legais e operacionais	Estabelecimento, no edital, de critérios objetivos para comprovação da circulação, abrangência regional/estadual, periodicidade mínima e capacidade operacional
Pesquisa de preços incompatível com os valores praticados no mercado	Sobrepço ou contratação com valores inexequíveis	Realização de pesquisa de preços conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 216/2023, com utilização de múltiplas fontes de consulta
Participação de empresa sem capacidade técnica adequada	Falhas na prestação dos serviços e prejuízo à publicidade oficial	Exigência de documentação comprobatória da qualificação técnica e da capacidade operacional da licitante
Atraso ou ausência de publicação dos atos oficiais	Comprometimento da validade, eficácia e publicidade dos atos administrativos e licitatórios	Definição de prazos claros para publicação, fiscalização contratual e aplicação de penalidades em caso de descumprimento
Descontinuidade da prestação dos serviços	Prejuízo à divulgação oficial dos atos administrativos do Município	Previsão contratual de sanções administrativas, mecanismos de rescisão e acompanhamento contínuo da execução contratual
Divergência entre os materiais encaminhados e os efetivamente publicados	Erros de publicação e necessidade de republicações	Estabelecimento de procedimentos de conferência, aprovação prévia e controle das publicações encaminhadas
Oscilação dos preços de mercado durante a vigência da Ata de Registro de Preços	Desequilíbrio econômico-financeiro da contratação	Aplicação dos mecanismos legais de revisão e reequilíbrio econômico-financeiro previstos na Lei Federal nº 14.133/2021
Baixa efetividade da divulgação dos atos oficiais	Redução da transparência e da ampla publicidade dos atos administrativos	Exigência de jornal com comprovada circulação regional e/ou estadual e periodicidade mínima de 05 (cinco) edições semanais



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

RISCO IDENTIFICADO	POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS	MEDIDAS PREVENTIVAS/MITIGADORAS
Impactos ambientais decorrentes de publicações impressas	Consumo de papel e geração de resíduos gráficos	Priorizar, sempre que possível, publicações em meio digital e adoção de boas práticas ambientais pela futura contratada

19. DOS RESPONSÁVEIS

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da futura aquisição/contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos nas Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e nº 40/2020.

Equipe de Planejamento da Contratação
Integrante Requisitante
Assinatura: _____ Maria Celeste de Assunção Mance Departamento de Licitação
..... ALOISIO FRANCISCO SALVATTI Secretário Municipal de Administração.

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e nº 40/2020:

Autoridade Competente
..... ARY CARNEIRO JUNIOR Prefeito